



# INCLUSÃO E EXCLUSÃO NA EUROPA URBANA MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion  
in Medieval Urban Europe*

Amélia Aguiar Andrade  
Catarina Tente  
Gonçalo Melo da Silva  
Sara Prata (eds.)





INCLUSÃO E EXCLUSÃO  
NA EUROPA URBANA  
MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion  
in Medieval Urban Europe*

IEM – Instituto de Estudos Medievais

Coleção ESTUDOS 19



INCLUSÃO E EXCLUSÃO  
NA EUROPA URBANA  
MEDIEVAL

*Inclusion and Exclusion  
in Medieval Urban Europe*

AMÉLIA AGUIAR ANDRADE  
CATARINA TENTE  
GONÇALO MELO DA SILVA  
SARA PRATA  
*editores*

Lisboa, 2019

Textos selecionados das III Jornadas Internacionais de Idade Média “Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval” (Castelo de Vide, de 11 a 13 de Outubro de 2018).

**Arbitragem Científica:**

Adelaide Milán da Costa (Universidade Aberta )  
Alberto García Porras (Universidade de Granada)  
Antonio Collantes de Terán (Universidade de Sevilha)  
Armando Luís de Carvalho Homem (Universidade do Porto/Universidade Autónoma de Lisboa)  
Alfonso Vigil-Escalera (Universidade de Salamanca)  
Beatriz Arizaga Bolumburu (Universidade de Cantábria-Santander)  
Denis Menjot (Universidade Lyon 2)  
Dolores Villalba Sola (Universidade de Granada)  
Eduardo Aznar Vallejo (Universidad de La Laguna)  
Iria Gonçalves (Universidade Nova de Lisboa)  
Isabel del Val Valdivieso (Universidade de Valladolid)  
João Luís Fontes (Universidade Nova de Lisboa)  
José Avelino Gutiérrez González (Univesidade de Oviedo)  
María Asenjo González (Universidade Complutense de Madrid)  
Maribel Fierro (Instituto de Lenguas y Culturas del Mediterráneo y Oriente Próximo. CSIC Madrid)  
Mário Jorge Barroca (Universidade do Porto)  
Michel Bochaca (Universidade de La Rochelle)  
Santiago Macias (Universidade Nova de Lisboa)  
Hermínia Vilar (Universidade de Évora)  
Luísa Trindade (Universidade de Coimbra)  
Wim Blockmans (Universidade de Leiden)

O Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) é financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Publicação financiada pela Câmara Municipal de Castelo de Vide e por Fundos Nacionais através da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, no âmbito do Projecto UID/HIS/00749/2019.

Título	<b>Inclusão e exclusão na Europa urbana medieval   Inclusion and Exclusion in Medieval Urban Europe</b>
Editores	Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata
Edição	IEM - Instituto de Estudos Medievais / Câmara Municipal de Castelo de Vide
Referência da imagem de capa	Vista de Castelo de Vide, Fabián Cuesta-Gómez.
Coleção	Estudos 19
ISBN	978-989-54529-0-3 (IEM)   978-972-9040-16-0 (C. M. de Castelo de Vide)
Paginação e execução	Marcel L. Paiva do Monte, com base no design de Ana Pacheco
Depósito legal	461221/19
Impressão	Tipografia Priscos, Lda.

# Índice

Nota de Abertura .....	11
<i>António Pita</i>	

Apresentação.....	13
<i>Amélia Aguiar Andrade, Catarina Tente, Gonçalo Melo da Silva, Sara Prata</i>	

## PARTE I

### *A Intervenção dos Poderes*

Exclusive Liberties, the Hallmark of the Ancien Régime.....	21
<i>Wim Blockmans</i>	

<i>Prol comunal e bom regimento: política, governo e comunicação entre o rei e a cidade em Portugal no final da Idade Média</i> .....	41
<i>Hermínia Vasconcelos Vilar</i>	

Faut-il réviser les notions d'inclusion et exclusion sociales dans la ville européenne médiévale? Le cas perturbant des communautés juives à travers les évolutions historiographiques françaises et allemandes .....	65
<i>Jean-Luc Fray</i>	

Judeus e muçulmanos no espaço urbano: inclusões, exclusões e interações .....	87
<i>Maria Filomena Barros</i>	

O estatuto jurídico dos judeus nas Ordenações Afonsinas .....	111
<i>Ricardo Rodrigues</i>	

## PARTE II

### *Instituições e Processos*

Living on the margins of society: coping with poverty in al-Andalus .....	139
<i>Ana María Carballeira Debas</i>	

Mecanismos de integración económica de una minoría religiosa ¿marginada?: el caso de la comunidad mudéjar de Madrid en la Baja Edad Media.....	159
<i>Pablo Ortego Rico</i>	

Contribuir para no ser excluído. Sistemas de tasación fiscal y estructura social en Sevilla y su tierra (S. XV) .....	197
<i>José Manuel Triano Milán</i>	

<b>Inclusão ou Exclusão? Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval</b> .....	221
---	-----

*Ana Rita Rocha*

<b>El Hospital de San Lázaro de Sevilla: un modelo institucionalizado de exclusión social</b> .....	245
---	-----

*Pablo Alberto Mestre Navas*

### PARTE III

#### ***Marcas de Exclusão no Urbanismo Medieval***

<b>Le quartier juif de Tolède: texte et archéologie de surface</b> .....	271
--	-----

*Jean Passini*

<b>Morfologias urbanas na Lisboa Medieval: o caso das Judiarias (1147-1325)</b> .....	289
---	-----

*Manuel Fialho Silva*

<b>Expressões físicas da inclusão e exclusão dos judeus no urbanismo medieval, a partir do caso de Braga</b> .....	307
--	-----

*Maria do Carmo Ribeiro*

<b>A Judiaria da Guarda – Textos e Contextos</b> .....	333
--	-----

*Tiago Ramos, Alcina Cameijo, Daniel Martins*

### PARTE IV

#### ***Inclusão e Exclusão no Registo Material. Perspectivas desde a Arqueologia***

<b>Cronología del entorno arqueológico del Arco de las Pesas (Granada). ¿Integración del Arrabal del Albayzín en la vida urbana granadina o segregación de las propiedades reales?</b> .....	381
--	-----

*Moisés Alonso Valladares, Alberto García Porras*

<b>Investigaciones arqueológicas en el yacimiento de La Mota de los Judíos, en Castrillo (Burgos)</b> .....	397
---	-----

*Inés María Centeno Cea, María J. Negredo García,*

*Ángel L. Palomino Lázaro, Manuel Moratinos García*

<b>Fora das muralhas de Viseu: o caso do sítio arqueológico do Loteamento do Quintal</b> .....	421
--	-----

*Catarina Meira*

PARTE V

*Acolher ou Excluir: os Estrangeiros na Cidade*

- Experts recherchés et réfugiés répudiés? Société urbaine, accueil  
et expulsion de forains en France et en Allemagne à la fin  
du Moyen Âge ..... 443  
*Gisele Naegle*
- Fiscalidad, intereses mercantiles locales y presencia extranjera:  
un pleito de 1433 entre barceloneses y genoveses ..... 475  
*Elena Maccioni*
- Inclusión y exclusión de los navegantes del Norte de Castilla en las  
sociedades portuarias irlandesas a finales de la Edad Media.  
Estudio de caso de San Vicente de la Barquera y Laredo (España)..... 497  
*Javier Añilbarro Rodríguez*
- Los extranjeros en los gobiernos de las ciudades de la Andalucía atlántica  
a finales de la Edad Media..... 513  
*Enrique José Ruiz Pilares*
- Al Servicio de la Corona. Los casos de Manuel Pessanha y  
Egidio Bocanegra: una perspectiva comparada..... 537  
*Lorenzo Lage Estrugo*



## *Nota de Abertura*

No dia 31 de Março de 1492, poucos meses após a tomada do reino Nazarí de Granada, Fernando II de Aragão e Isabel I de Castela promulgam o Decreto de Alhambra, ordenando a expulsão da população judaica destes reinos, alegando que a convivência entre cristãos e judeus, e, principalmente, o efeito desta convivência sobre os cristãos-novos, constituíam uma ameaça à fé Católica.

No prazo de somente quatro meses, os judeus castelhanos e aragoneses foram forçados a decidir entre abandonar a sua fé e costumes ou conservá-los, mas deixando a sua terra. Podendo ficar mediante a conversão ao cristianismo, muitos escolheram partir.

Por questões de proximidade, Portugal surgiu como um local de refúgio natural para um grande número de judeus expulsos. A sua admissão foi autorizada por D. João II, que também viria a facultar navios para aqueles que desejassem seguir rumo para outros lugares, principalmente no Norte de África. As famílias a quem foi permitido permanecer em Portugal acabariam dispersas pelas cidades maiores do Reino, mas também pelas localidades próximas da fronteira com Castela.

Um dos pontos de entrada utilizados pelos judeus situava-se no sítio da Portagem, em Marvão. Terá sido deste ponto que algumas famílias se deslocaram até Castelo de Vide onde, à semelhança de outras localidades, existia uma comunidade judaica desde os princípios da Idade Média.

Localizada na encosta nascente do castelo, a Judiaria de Castelo de Vide ter-se-á expandido consideravelmente nesta época para albergar os novos residentes, cujos ofícios e saberes terão fomentado o desenvolvimento artesanal, comercial e cultural da povoação.

Mas o clima de tolerância religiosa seria breve e em Dezembro de 1496, na sequência do seu casamento com Isabel de Aragão e Castela, D. Manuel I assina o decreto de expulsão que acabará por resultar na conversão forçada dos judeus de Portugal e, finalmente, na redução ao criptojudaísmo.

Os membros da comunidade judaica que permaneceram em Castelo de Vide

como cristãos-novos integraram-se na comunidade local, continuando com os seus ofícios e profissões, e alguns terão seguramente continuado a praticar a sua religião e a observar as suas práticas em segredo.

Os testemunhos da herança judaica permanecem vivos nos dias de hoje, fazendo-se sentir na arquitectura das ruas da judiaria e na sua toponímia; nas marcas de *mezuzah* nas ombreiras das portas ogivais; em pratos típicos da gastronomia; nas tradições próprias da nossa Semana Santa... sinais de que Castelo de Vide terá sido ao longo dos séculos um lugar de inclusão e tolerância.

Actualmente, Castelo de Vide procura assumir-se cada vez mais como palco de novas dinâmicas culturais e um espaço propício à reflexão e ao debate histórico, uma ponte entre o passado e o presente, e por isso foi com enorme prazer que a Câmara Municipal apoiou esta publicação.

Um livro subordinado à análise das dinâmicas de inclusão e exclusão nos espaços urbanos medievais é especialmente pertinente neste ano em que comemoramos o 30º aniversário do discurso histórico do Presidente Mário Soares na Judiaria de Castelo de Vide, onde afirmou “em nome de Portugal quero pedir perdão aos judeus das perseguições que foram vítimas na nossa terra.”

Esta publicação é também um símbolo da colaboração crescente entre a Câmara Municipal de Castelo de Vide e o Instituto de Estudos Medievais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Honrando-se de acolher desde 2016 um conjunto crescente de iniciativas de divulgação e formação científica, o Município congratula ambas as instituições pelo sucesso e qualidade dos trabalhos conjuntos.

A dimensão do acolhimento que Castelo de Vide proporciona aos participantes das *Jornadas Internacionais de Idade Média* reflecte-se na afluência de novos investigadores em cada edição, motivados pela vigência no debate historiográfico dos temas propostos, e, principalmente, naqueles investigadores que regressam a Castelo de Vide a cada Outono para voltar a desfrutar do ambiente acolhedor que esta vila confere às actividades académicas.

Ciente da mais-valia que a investigação histórica supõe para a valorização do nosso património local, um reconhecimento profundo a todos aqueles cujo empenho garantiu o sucesso destas iniciativas e do livro que agora se publica.

*António Pita*

*Presidente da Câmara Municipal de Castelo de Vide*

## Apresentação

Em Outubro de 2018 tiveram lugar em Castelo de Vide duas atividades em torno da Idade Média, a *2ª Escola de Outono para Mestrandos e Doutorandos* e as *3ªs Jornadas Internacionais de Idade Média de Castelo Vide*, ambas subordinadas ao tema *Inclusão e exclusão na Europa Urbana Medieval*, que assim davam continuidade a uma iniciativa que teve o seu lançamento em 2016 com as *1ªs Jornadas*, às quais, no ano seguinte, se associou a *Escola de Outono*. O acolhimento da autarquia de Castelo de Vide e do Instituto de Estudos Medievais da NOVA FCSH proporcionava assim a feliz junção de uma acção de formação para jovens investigadores com um fórum internacional de debate e troca de conhecimento em torno da cidade medieval, capaz de congregar investigadores portugueses e estrangeiros, num cenário perfeito para a sua realização: a vila medieval de Castelo de Vide.

Hoje, esta «semana medieval», diferente das mais usuais, apresenta-se já consolidada pois no momento em que esta publicação é lançada a público, já decorreu a *3ª Escola de Outono* e estão a ter lugar as *4ªs Jornadas Internacionais de Idade Média*. Ao longo das edições anteriores foi possível trazer a Castelo de Vide uma plêiade de investigadores que incluiu académicos de renome internacional, investigadores experientes e outros, mais jovens, cujas investigações estão a abrir ou, a consolidar, perspectivas inovadoras no estudo da cidade medieval. Iniciativas que têm como timbre o fomento da interdisciplinaridade, juntando a História com a Arqueologia, com a Filologia, com a Heráldica, com a História do Direito ou, com a Arquitetura, entre outras. E que procura promover, entre os participantes, o conhecimento do património medieval de Castelo de Vide e da sua envolvente através da promoção de visitas de estudo, que integram o programa, quer da *Escola de Outono* quer das *Jornadas*.

Uma parte considerável das enriquecedoras vivências destas atividades faz apenas parte das memórias de quem as viveu: os debates, as trocas de ideias nos intervalos das sessões ou à mesa das refeições ou, as conversas que, pela noite fora, as ainda cálidas noites de Outubro de Castelo de Vide proporcionaram. Felizmente,

não tem acontecido o mesmo com as intervenções dos oradores convidados e dos comunicantes, pois uma seleção dos textos apresentados, depois de uma dupla avaliação por pares, tem sido regularmente publicada, tendo já dado origem a dois grossos volumes, disponibilizados não só aos especialistas mas também ao público em geral.

Este ano, os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o 3º volume de recolha desses textos cujo título retoma o das *3ªs Jornadas: Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais, responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimento de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar - português, espanhol, francês e inglês - os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

Este volume apresenta cinco secções: *Intervenção dos poderes, Instituições e processos, Marcas de exclusão no urbanismo medieval, Inclusão e exclusão no registo material: perspectivas desde a Arqueologia e Acolher ou excluir: estrangeiros na cidade*, que procuram organizar os textos aqui reunidos de forma coerente. Contudo, a complexidade de algumas temáticas, cujo desenvolvimento implicou o recurso não só a fontes de informação diversificadas como a enfoques simultaneamente distintos mas complementares, dificultaram muito essa tarefa, que por isso aqui surge como uma proposta que, para outros, por certo podia adquirir uma outra estrutura.

Na secção intitulada a *Intervenção dos Poderes* agrupam-se os artigos que se assumem como abordagens mais globais e que pretendem refletir sobre questões abrangentes tais como o desenvolvimento de processos para a definição de sistemas de inclusão/exclusão política nas sociedades urbanas, a necessidade de rever pressupostos mais tradicionais em relação à coexistência das minorias judaicas com a maioria cristã, numa perspetiva comparativa e tendo como unidade de observação a pequena cidade, afinal o tipo mais dominante no sistema urbano da Cristandade europeia, ou sobre a pertinência, no caso ibérico, de se refletir de uma forma integrada, simultaneamente sobre as duas minorias religiosas, a islâmica e a judaica,

que estavam presentes num significativo número de núcleos urbanos medievais. Uma reflexão que passou ainda pela elucidação da forma como os monarcas se relacionavam com as sociedades políticas urbanas e como procuravam estabelecer quadros normativos sobre as minorias religiosas, sempre na busca do equilíbrio social que permitisse a paz urbana que competia aos monarcas assegurarem.

O apartado *Instituições e processos*, integra um conjunto de estudos que tendo uma clara diversidade de protagonistas – o pobre, o doente, o leproso, a minoria muçulmana vencida – abordam sobretudo a problemática da integração, refletindo não apenas sobre alguns dos processos utilizados para promover essa inclusão mas também sobre a atuação das instituições que a sociedade medieval criou para garantir esses mesmos processos, como era o caso, por exemplo, dos hospitais e/ou das leprosarias.

A secção denominada *Marcas de exclusão no urbanismo medieval* surge muito coesa, com quatro artigos que versam sobre a organização do espaço das judiarias medievais através de um exemplo castelhano – a judiaria de Toledo – e três exemplos portugueses: Braga, Lisboa e Guarda. Cobrem-se assim, recorrendo a perspetivas que cruzam a investigação documental, com a pesquisa arqueológica e com a leitura dos espaços própria da História da Arquitetura e do Urbanismo, espaços de observação que contemplam distintas escalas urbanas ou seja, cidades de pequena, média e grande dimensão, esclarecendo de que forma se manifestava essa poderosa marca de exclusão que era o espaço de uma judiaria. Estes estudos ganham particular importância quando recordamos o relevo que o património judaico assume em Castelo de Vide, podendo portanto constituírem-se como importantes referências para o aprofundamento da interpretação da marca judaica no urbanismo de Castelo de Vide.

O 4º apartado intitulado *Inclusão e exclusão no registo material: perspectivas desde a Arqueologia*, integra um conjunto de estudos que, a partir dos dados materiais procuram apresentar a perspetiva da Arqueologia para um tema que se apresentava desafiante: a recuperação da materialidade dos sistemas de exclusão em contextos urbanos.

A última secção, *Acolher ou excluir: estrangeiros na cidade*, é sem dúvida a que reúne os estudos que, tendencialmente, procuraram abordar, de forma, mais completa o tema das Jornadas uma vez que procuraram tratar, em simultâneo, as problemáticas de inclusão e de exclusão, através de um dos protagonistas com mais potencialidade para esse tipo de análise: o estrangeiro. Recorrendo a um conjunto diversificado de enfoques, os autores refletiram sobre a forma como as sociedades urbanas encaravam os estrangeiros, quer se tratasse de personagens excecionais quer de grupos profissionais, detectando processo de inclusão/exclusão, analisando conflitividades geradas bem como a forma como participavam na vida política das

idades onde se instalavam.

Um número considerável destes textos disponibilizam ainda aos leitores, materiais originais variados tais como extensas tabelas, gráficos, fotografias, reproduções de iconografia medieval e de documentos, plantas e/ou mapas, reveladores da diversidade de fontes de informação utilizados pelos seus autores. Especialmente interessantes, pelo carácter modelar das soluções cartográficas aplicadas, são os materiais inseridos nos estudos sobre judiarias de Jean Passini, Maria do Carmo Ribeiro e de Manuel Fialho Silva, sendo que estes dois últimos autores divulgam reconstituições inovadoras e detalhadas das judiarias de Braga e Lisboa, um contributo fundamental para o esclarecimento de uma problemática sobre a qual a medievística portuguesa ainda apresenta lacunas significativas e que podem ser replicados em outros estudos de caso para o Portugal medieval.

O volume agora lançado a público reúne então um conjunto de textos com abordagens distintas mas que não deixam de se complementarem no objetivo de esclarecer as problemáticas de inclusão e de exclusão que podem ser encontradas quando se analisa a cidade medieval, se bem que tenham sido mais glosados os temas associados à exclusão, uma vez que esta deixou traços mais evidentes não apenas na memória escrita como na expressão urbanística e material.

A complexidade do tema escolhido para as *3<sup>as</sup> Jornadas* e conseqüentemente para este volume -de grande atualidade nas sociedades contemporâneas- não ficou de modo algum esgotado nas páginas deste volume, uma vez que muitas outras temáticas podiam ser ter sido desenvolvidas como a exclusão política ou a exclusão resultante da doença, do sexo ou, a gerada pelo desempenho de certas atividades profissionais que a sociedade medieval desvalorizava, entre outras. O mesmo aconteceu com o estudo das estratégias concelhias de integração, que tanto preocupavam as sociedades urbanas quando confrontadas com fluxos migratórios, sobretudo de indivíduos desenraizados e solitários, que estas sociedades simultaneamente desejavam para mão de obra das suas atividades artesanais mas não deixavam de temer, pois lhes surgiam desenquadrados e sem suporte familiar. Mas o que tem de bom a investigação em História Medieval é que temos a certeza que, não tendo estado presentes nas *3<sup>as</sup> Jornadas*, tais temáticas estão, de certeza a merecer a atenção dos medievistas.

\* \* \*

Uma vez mais, os editores querem deixar público o seu agradecimento a todas as instituições e pessoas que contribuíram para tornar este conjunto de iniciativas – *Jornadas Internacionais de Idade Média, Escola de Outono* e publicação deste volume – um êxito, garantindo a sua afirmação como uma referência para todos quantos se interessam pelo mundo medieval e pela cidade medieval, em particular.

Na pessoa do seu Presidente, Dr. António Pita, queremos agradecer à Câmara Municipal de Castelo de Vide a forma como, desde 2016, tem acolhido estas iniciativas, pois de uma forma exemplar tem demonstrado que uma comunidade local e uma universidade podem trabalhar em conjunto tendo como objetivos, não apenas a promoção e divulgação de conhecimento científico mas também o de dar a conhecer um território cujo passado e o património medieval são especialmente ricos e fundamentais para compreender o Portugal atual.

Através da Dr.<sup>a</sup> Patrícia Martins queremos agradecer aos funcionários e funcionárias da Câmara Municipal de Castelo de Vide, que durante estas distintas atividades nos acompanham, garantindo que nenhum pormenor é esquecido e que todas as dificuldades inesperadas se resolvem, sem que ninguém se aperceba. O seu profissionalismo e a sua dedicação constituem fatores fundamentais na construção das boas memórias que os participantes levam de Castelo de Vide.

Ao IEM, na pessoa da sua Diretora, Prof.<sup>a</sup> Maria João Branco agradecemos o apoio financeiro a estas iniciativas e à publicação desta obra, bem como a sua presença permanente durante a *Escola de Outono* e as *Jornadas Internacionais*, sempre pronta a promover o debate e a discussão científica e a criar pontes entre todos os participantes.

Os nossos agradecimentos ao Marcel Paiva do Monte que aceitou, num tempo escasso, a tarefa de paginar com cuidado e muito saber, as centenas de páginas que constituem este volume.

Nunca são demais os agradecimentos a todos os participantes na *Escola de Outono* e nas *Jornadas Internacionais de Idade Média* – estudantes, conferencistas convidados, comunicantes e assistentes – bem como aos revisores científicos dos textos que integram esta obra, pois são eles os protagonistas, não apenas desta publicação mas também deste fórum de discussão sobre a cidade medieval europeia que temos vindo a construir e que pretendemos que se caracterize pela qualidade e pela diversidade de perspetivas.

Aos habitantes de Castelo de Vide, cujo acolhimento pleno de simpatia tem sido uma das principais razões da vontade de regressar que muitos participantes nos têm manifestado. Bem Hajam!

Lisboa, Agosto de 2019

*Amélia Aguiar Andrade*

*Catarina Tente*

*Gonçalo Melo da Silva*

*Sara Prata*



# Inclusão ou Exclusão?

## *Paisagem urbana e implantação hospitalar na Coimbra medieval*

*Ana Rita Rocha*<sup>1</sup>

### **Resumo**

A localização no espaço urbano dos hospitais e albergarias medievais, instituições destinadas ao acolhimento de pobres, doentes e peregrinos, considerados marginais, diz-nos muito sobre o modo como a sociedade incluía no seu quotidiano ou dele excluía os mais necessitados. Partindo desta aceção, este estudo tem por objetivo mostrar como os hospitais de Coimbra se integravam nas vertentes urbana, social, religiosa e política da cidade. Para isso, privilegiaremos a implantação destes estabelecimentos caritativos na urbe, para compreendermos como se interrelacionavam com os restantes edifícios, muralha, rede viária e locais de passagem, como portas e pontes, que, em conjunto, compunham a paisagem conimbricense. Esta análise permitir-nos-á perceber como os inúmeros hospitais e casas afins referenciados foram ocupando o espaço, ao longo da Idade Média, e identificar zonas de maior concentração de instituições. É ainda nosso objetivo perceber o impacto dos edifícios assistenciais na envolvente urbana, em particular na toponímia da cidade. A distribuição espacial dos hospitais medievais de Coimbra, perfeitamente adaptada à sua clientela, é, pois, fundamental para avaliar a integração dos pobres no contexto urbano e as suas interações com a restante sociedade.

### **Palavras-chave**

Hospitais; Albergarias; Gafarias; Topografia hospitalar; Coimbra medieval.

---

<sup>1</sup> CHSC – Universidade de Coimbra.

## **Inclusion or Exclusion? Urban landscape and hospital topography in medieval Coimbra**

### **Abstract**

The location of medieval hospitals and shelters, institutions dedicated to sheltering the poor, sick and pilgrims, considered marginal social groups, indicate how society included or excluded the needy people in their daily life. From this premise, the purpose of this study is to show how the hospitals were included in the urban, social, religious and political aspects of medieval Coimbra. We will focus in implantation area of this charity establishments in Coimbra's urban area, to understand how they relate with the walls, road network and places of passage, like gateways and bridges, that made Coimbra's urban landscape. This analysis will allow us to understand how several identified hospitals and equivalent institutions occupied the urban space during the medieval period and how they clustered. It's also our objective to understand the impact that charity institutions had in the city, particularly in the toponomy. The medieval hospitals spatial distribution in Coimbra, perfectly adapted to their client base, is essential to evaluate the poor people's integration in the urban context and their interaction with the rest of society.

### **Keywords**

Hospitals; Shelters; Leper houses; Hospital topography; Medieval Coimbra.

### **Introdução.**

Fruto da ação particular, mas também da régia e da eclesiástica, os hospitais e estabelecimentos afins tornaram-se, a partir dos séculos XII e XIII, uma das principais formas de assistência a pobres, doentes, peregrinos e outros carenciados. No contexto da “economia da salvação”<sup>2</sup>, em que os mais ricos socorriam os mais pobres a troco de benesses espirituais, aquelas instituições ofereciam aos últimos, acima de tudo, um teto e uma cama onde pernoitarem, fogo para se aquecerem e água e alimentos para satisfazerem a sua sede e fome. De forma a dar resposta aos anseios de salvação eterna de uns e aos problemas de sobrevivência terrena de outros, estas casas multiplicaram-se e espalharam-se por toda a cidade de Coimbra, à semelhança

---

<sup>2</sup> Ver CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'au-delà: Les hommes, la mort et la religion dans la region d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320 - vers 1480)*. Paris: Éditions Albin Michel, 2011, pp. 218-219.

de outras localidades e regiões do reino e do Ocidente europeu<sup>3</sup>.

Mas se os pobres e outros miseráveis, em particular os doentes, eram entendidos como elementos essenciais à salvação dos fiéis cristãos após a morte e, por isso mesmo, aceites como parte integrante da sociedade, também podiam ser considerados marginais, pelo seu modo de vida, não raras vezes involuntário, pelos sinais exteriores da sua doença ou ainda pelo seu desenraizamento geográfico<sup>4</sup>. Os hospitais e outras estruturas de acolhimento apresentavam-se, pois, como uma alternativa de enquadramento social para estes indivíduos, embora, em alguns casos, pudessem contribuir para o aumento da distância entre os grupos ditos marginais ou pobres e a restante sociedade. Neste sentido, a localização destas casas caritativas no espaço urbano e o diálogo que estabeleciam com os edifícios envolventes, com a rede viária, com a muralha e com os locais de passagem é fundamental para compreendermos o lugar dos pobres na sociedade medieval, procurando esclarecer se eram lugares de inclusão ou de exclusão.

## 1. A “rede” hospitalar de Coimbra na Idade Média.

Em Coimbra, os mais antigos estabelecimentos hospitalares<sup>5</sup> documentados datam

<sup>3</sup> Sobre a prática da caridade na Idade Média e as relações de reciprocidade que se estabeleceram entre ricos e pobres e sobre o papel dos hospitais enquanto materialização das obras de misericórdia e meio eficaz de socorro aos pobres, ver, entre outros, GEREMEK, Bronislaw – *A Piedade e a Força – História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995; TAVARES, Maria José Ferro – *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989 e BRODMAN, James – *Charity and Religion in Medieval Europe*. Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2009.

<sup>4</sup> Para uma definição de pobre e marginal e sobre a ligação entre os dois conceitos, ver MOLLAT, Michel – *Les Pauvres au Moyen Âge*. Bruxelas: Éditions Complexe, 2006; GEREMEK, Bronislaw – “Le marginal”. in LE GOFF, Jacques (dir.) – *L’homme médiéval*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, pp. 381-413 e DUARTE, Luís Miguel – “Marginalidade e marginais”. in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada*. Vol. 1: *A Idade Média*. Bernardo Vasconcelos e SOUSA (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, pp. 170-196.

<sup>5</sup> Sob a designação de estabelecimentos hospitalares e hospitais, quando referidos de modo genérico, incluímos os hospitais propriamente ditos, as albergarias, as mercearias e as gafarias. Por um lado, ao longo da Idade Média, os termos “hospital” e “albergaria” eram, com muita frequência, utilizados de forma indistinta para mencionar casas onde se hospedavam pobres, doentes e peregrinos, não obstante algumas diferenças etimológicas e institucionais. Por exemplo, num empraçamento de 1400, pode ler-se que a casa contratada se localizava “a par da cassa do espital da confraria da merce e parte da huia parte com a dicta albergaria da merce” (Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mc. 9, n.º 340/664). Por outro lado, as mercearias e as gafarias correspondiam a hospitais, embora especializados no acolhimento de pobres envergonhados e de leprosos, respetivamente. Aliás, tanto as primeiras, como as segundas eram muitas vezes referidas como hospitais na documentação. Citemos o exemplo do Hospital de Santa Isabel, que, apesar de destinado a homens e mulheres “pobres de vergonha e de boa vyda”, chamar-se-ia para sempre “Espital de Santa Helisabet” (*PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Ed. José Pedro PAIVA. Vol. 2. *Antes da Fundação das Misericórdias*. Ed. José Pedro PAIVA, Maria de Lurdes ROSA e Saul A. GOMES. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003, doc. 252, pp. 506-507). Sobre estas questões, ver TAVARES, Maria José Ferro – *Pobreza e Morte...*, pp. 124-142; MARQUES, José – “A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras: História* 2.ª série, 6 (1989), pp. 37-41 e 46; SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, p. 25 e SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations des établissements d’assistance en Bourgogne à la fin du Moyen Âge*. Tomo 1. Borgonha: Universidade da Borgonha, 2012. Tese de Doutoramento,

das primeiras décadas do século XII<sup>6</sup>. A partir daqui, no contexto da designada “revolução da caridade”<sup>7</sup>, as referências e, portanto, as fundações de hospitais e albergarias foram sempre aumentando até ao século XIV, durante o qual registamos 26 novas instituições deste tipo. Após esta centúria, o número de primeiras menções a estas casas assistenciais decresceu consideravelmente, registando-se apenas quatro ao longo da centúria de Quatrocentos, numa altura em que se começaram a impor as reformas da assistência, que conduziram à sua secularização e à criação de grandes hospitais, como alternativa à miríade de pequenos estabelecimentos (Fig. 1)<sup>8</sup>. No entanto, a urbe, em geral, e os seus pobres e doentes, em particular, continuaram a contar com um grande número de casas assistenciais, fundadas em séculos anteriores. Ao todo, entre os inícios do século XII e os finais do século XV, inventariámos 45 hospitais, albergarias, mercearias e gafarias. Destes, conseguimos localizar no espaço urbano de Coimbra, com alguma precisão, 36 e, com alguma probabilidade, um deles. Quanto aos restantes 8, não é possível apresentar quaisquer conclusões relativas à sua implantação.

## 2. A implantação dos estabelecimentos hospitalares no espaço urbano.

Todos aqueles institutos foram ocupando uma cidade marcada pela dicotomia entre o espaço intramuros, a Almedina, e o espaço que se estendia para lá da muralha em direção ao rio, os arrabaldes (Fig. 2, em anexo). Enquanto a Almedina correspondia ao centro dos poderes político, militar e religioso, onde estavam instalados o castelo e a alcáçova, mas também a Sé e o paço episcopal, os arrabaldes eram o coração artesanal e mercantil da cidade, fervilhando de vida<sup>9</sup>. Foi aqui, na zona mais movimentada

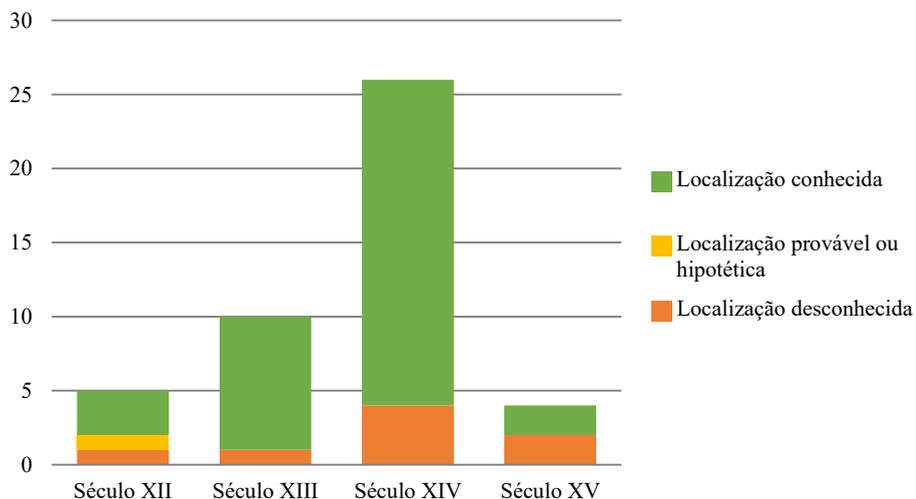
pp. 106-149.

<sup>6</sup>O mais antigo hospital documentado na cidade de Coimbra corresponde ao Hospital do Santo Sepulcro, do qual se conhece uma única referência, datada de 1117, que, no entanto, levanta algumas dúvidas, uma vez que é mencionado apenas como “*in illo ospital*”, depois da “*confrariam Sancti Sepulcri*”. Perante a possibilidade de não se tratar de um estabelecimento de assistência, os mais antigos hospitais da cidade seriam, assim, os de Santa Cruz, conhecido desde 1150, e o do Rei ou dos Mirleus, fundado durante o reinado de D. Afonso Henriques, segundo um documento de D. João I. *LIVRO Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Edição Crítica. Texto Integral*. Dir. Manuel Augusto RODRIGUES e Avelino de Jesus da COSTA. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999, doc. 243, p. 375; *LIVRO Santo de Santa Cruz*. Ed. Leontina VENTURA e Ana Santiago FARIA. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990, doc. 68, pp. 203-204 e *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*. Ed. João José Alves DIAS. Vol. II, tomo 2 (1387-1402). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005, doc. 683, pp. 36-37.

<sup>7</sup>VAUCHEZ, André – “Assistance et charité en Occident, XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles”. in *Religion et société dans l'Occident médiéval*. Turim: Bottega d'Erasmus, 1980, p. 58.

<sup>8</sup>A Albergaria de S. João corresponde ao último estabelecimento hospitalar documentado para a cidade de Coimbra, a saber, no ano de 1482. Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 40, fls. 115v-116. Sobre as reformas quatrocentistas da assistência, ver a síntese de SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Pauvres, charité et assistance au Portugal (XIV<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)”. in BOISSELLIER, Stéphane; CLEMENT, François; TOLAN, John (dir.) – *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale: actes du colloque réuni du 7 au 9 juin 2007 en l'Abbaye royale de Fontvraud (Maine-et-Loire)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010, pp. 101-102 e 104-106.

<sup>9</sup>A Coimbra medieval tem sido estudada, de forma bastante desenvolvida, por diversos autores, pelo que



**Fig. 1** – Evolução cronológica e identificação da localização dos estabelecimentos hospitalares de Coimbra, segundo data de fundação ou primeira referência documental (séculos XII a XV).

	<b>Almedina</b>	<b>Arrabaldes</b>
<b>Século XII</b>	1	3
<b>Século XIII</b>	3	6
<b>Século XIV</b>	6	16
<b>Século XV</b>	0	2
<b>Total</b>	<b>10</b>	<b>27</b>

**Tab. 1** – Número de estabelecimentos hospitalares por área urbana, por século de fundação ou de primeira menção documental.

e povoada da urbe, que se implantou um maior número de hospitais, ao longo de toda a Idade Média. Aliás, atentando na tabela seguinte, verifica-se que, em todos os séculos, as freguesias dos arrabaldes superaram as da Almedina enquanto palco do movimento hospitalar (**Tab. 1**). Não obstante, no intramuros foram edificados alguns hospitais e albergarias de grande importância na cidade, em locais com uma forte carga simbólica e bastante reveladores do modo como aqueles se integravam na malha urbana.

## 2.1. Almedina.

No topo da acrópole, em lugar de grande destaque, foi fundado, ainda no século XII, graças à ação de D. Afonso Henriques, o Hospital do Rei ou dos Mirleus, como veio a ser conhecido nos finais da Idade Média. Este estabelecimento assistencial estava implantado na “rua que se começa no adro da see e se vai directo pellos açouges e se vai directo a ferir nos paaços d’Alcaçeva”<sup>10</sup>, precisamente junto deste edifício régio, como esclareceu D. João I, em 1402, ao privilegiar o seu caseiro<sup>11</sup>. Na mesma área e igualmente dependente do rei, ergueu-se, ainda antes de 1299, a Albergaria da Criação<sup>12</sup> ou, como se lhe referiu D. Dinis, a sua “albergaria da alcaçova de Coimbra que chamam dos meninos de criação”<sup>13</sup>. A localização na parte mais elevada da cidade, tão próximo do centro de governação régia, em particular durante os séculos em que a corte estanciou em Coimbra, e onde, inclusivamente, se veio a instalar, no século XIV, o Estudo Geral<sup>14</sup>, é denunciadora da ligação que as duas instituições tinham ao rei, entidade responsável pela sua fundação e a quem competia tomar as últimas decisões acerca da sua administração.

Para além destes dois estabelecimentos assistenciais, na área superior da

---

nos escusamos aqui de proceder a uma descrição mais completa do espaço urbano, optando por remeter para a bibliografia já existente e por prestar as devidas explicações sempre que se revelar necessário ao longo deste artigo. Para uma completa contextualização história da cidade, ver, entre outros, COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Trecentista: A Cidade e o Estudo”. *Biblos* 68, (1992), pp. 335-356; VENTURA, Leontina – “Coimbra medieval: uma cidade em formação”. in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 15-28; COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra medieval: uma cidade em maturação”. in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 29-47; GOMES, Saul António – “Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”. *Biblos* 2.ª série, 4, (2006), pp. 125-163 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

<sup>10</sup> Lisboa, ANTT, *Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo*, n.º 287, fls. 19v e 21.

<sup>11</sup> *CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*. Vol. II, tomo 2, doc. 683, p. 36.

<sup>12</sup> *PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Vol. 2, doc. 248, p. 502. A localização e a ligação ao poder régio levam-nos a admitir a possibilidade de esta albergaria corresponder ao Hospital dos Mirleus. Porém, a especialização da primeira na assistência à infância fez-nos optar por mantê-las como instituições independentes, sem excluir aquela hipótese.

<sup>13</sup> Lisboa, ANTT, *Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3, fl. 12v.

<sup>14</sup> Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Trecentista...”, pp. 335-356.

Almedina, nas freguesias de S. Pedro, S. João e S. Salvador<sup>15</sup>, instalaram-se outros hospitais e albergarias ao longo da Idade Média. Ainda próximo da alcáçova, implantaram-se a Albergaria dos Mouzinhos, no século XIII, e a de Santo Isidro, já na centúria seguinte. Ambas as albergarias se erguiam a uma curta distância – menor no último caso – das sedes das confrarias que as administravam, em locais onde estas possuiriam casas aptas a serem transformadas em pequenos hospitais. A primeira, dependente da irmandade do mesmo nome, sediada na igreja de S. Salvador, situava-se abaixo do paço episcopal<sup>16</sup>, num local de alguma circulação de pessoas, que se dirigiam da rua da Alcáçova<sup>17</sup> e respetivos edifícios aí construídos para a catedral.

Por sua vez, a Albergaria de Santo Isidro estava localizada junto da igreja de S. Pedro, em concreto na rua da Alcáçova<sup>18</sup>. A localização desta albergaria e, portanto, do Hospital dos Mirleus, muito próximo do qual se encontrava, evidencia ainda alguns aspetos característicos da implantação hospitalar medieval, nomeadamente a ligação às vias de comunicação e às portas de acesso à cidade<sup>19</sup>. Com efeito, os dois estabelecimentos caritativos erguiam-se numa das principais ruas da Almedina, que ligava o centro do poder político ao centro do poder militar. Além disso, este seria o principal acesso ao núcleo urbano para quem entrasse no recinto amuralhado pelo lado oriental, ou seja, pela Porta do Sol. A estes dois hospitais ou albergarias chegavam ainda facilmente todos aqueles que entravam na Almedina pela Porta da Genicoca ou da Traição, que rasgava o pano da muralha muito próximo da igreja de S. Pedro<sup>20</sup>. Podemos, pois, concluir que tanto os Mirleus como Santo Isidro se encontravam numa zona muito movimentada da cidade, por onde circulariam muitos pobres e outros carenciados.

<sup>15</sup> A Almedina dividia-se em cinco paróquias: Sé, S. Pedro, S. João, S. Salvador e S. Cristóvão. Sobre a rede paroquial conimbricense, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Coimbra's parochial network: aspects of its definition in the 12th century”. in VILAR, Hermínia Vasconcelos e BRANCO, Maria João (dir.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries* [Em linha]. Évora: Publicações do Cidehus, 2016 [Consultado a 29 dezembro 2018]. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/1596>.

<sup>16</sup> Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 72, n.º 2789.

<sup>17</sup> Esta rua ligava a alcáçova régia ao castelo, correspondendo à atual rua Larga. Ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*. Vol. 2. Coimbra: Edição da Câmara Municipal, 1964, pp. 69-70 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, p. 114.

<sup>18</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de S. Pedro de Coimbra*, mç. 1, n.º 87; mç. 2, n.º 2B e mç. 6, n.º 102.

<sup>19</sup> Ver, por exemplo, LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre: L'assistance dans les pays du Bas-Rhône du XII<sup>e</sup> siècle au milieu du XV<sup>e</sup> siècle*. Vol. 2. Roma: École Française de Rome, 2000, pp. 750-755; BROCARD, Nicole – “Implantation des hôpitaux et léproseries dans le diocèse de Besançon aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles”. in MONTAUBIN, Pascal (ed.) – *Hôpitaux et maladreries au Moyen Âge: espace et environnement. Actes du colloque international d'Amiens-Beauvais (22, 23 et 24 novembre 2002)*. Amiens: C.A.H.M.E.R., 2004, pp. 274-275 e 277-279; PAULY, Michel – “L'emplacement des hôpitaux dans les villes mosanes et ardennaises au Moyen Âge”. *Revue belge de philologie et d'histoire* 89-2 (2011), pp. 586-589 e SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations...* Tomo 1, pp. 193-201.

<sup>20</sup> Sobre as portas de entrada da cidade, que rasgavam a muralha em vários pontos, ver VENTURA, Leontina – “A muralha coimbrã na documentação medieval”. in *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra: GAAC, 1979, pp. 46-53 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, pp. 193-267.

Na paróquia de S. Salvador identificamos as albergarias de Pedro Martins, chantre da Sé, e de Santo António, situadas na Pedreira, ou seja, na área norte da Almedina<sup>21</sup>. A primeira, documentada em 1324<sup>22</sup>, evidencia uma das características mais comuns dos hospitais medievais: a ocupação de casas de habitação, doadas pelos seus fundadores para esse efeito. Ao que tudo indica, esta albergaria foi instalada numa casa do chantre, que a terá destinado para morada de pobres, o que significa que mal se distinguiria das restantes habitações e que a sua localização resultou apenas do acaso, não seguindo quaisquer normas de implantação hospitalares, como se tornou cada vez mais frequente a partir do século XIV<sup>23</sup>.

Ainda nesta freguesia, mais a oeste, erguia-se o Hospital ou Albergaria de S. Marcos, muito próximo de uma porta de entrada na Almedina. Segundo o Tombo Velho do Hospital Real, a casa “que he o corpo da dicta albergaria” estava “aa Porta Nova”<sup>24</sup>, que dava acesso ao mosteiro de Santa Cruz. Embora não tenhamos dados para o período medieval, de acordo com a demarcação das freguesias das igrejas da cidade, de 1560, esta instituição encontrar-se-ia dentro dos limites da freguesia de S. Salvador, mas na fronteira com a paróquia da Sé<sup>25</sup>. Este documento revela ainda outro dado fundamental: em pleno século XVI, um hospital medieval continuava presente na paisagem urbana, servindo como marco divisório entre territórios paroquiais, mesmo depois de extinto. Mas este instituto assistencial deixou outra marca na topografia da cidade, que chegou à atualidade. Referimo-nos à atribuição do seu nome ao arruamento onde estava implantado, o beco de S. Marcos, que liga as atuais ruas do Colégio Novo e Doutor João Jacinto<sup>26</sup>.

No lado oposto da cidade muralhada, no seu extremo sudoeste, também já muito perto dos arrabaldes, erguiam-se outros três hospitais e albergarias. Nesta zona, a rua Direita, que ligava a igreja de S. Cristóvão à Sé, constitui um caso paradigmático,

<sup>21</sup> Embora Jorge de Alarcão tenha apontado a localização da Pedreira na área do atual Colégio das Artes, alguns documentos levam-nos a situá-la na zona norte da Almedina, talvez estendendo-se de um lado e doutro da muralha, dentro dos limites da freguesia de S. Salvador, à semelhança do que defendeu José Pinto Loureiro. Ver ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, p. 115 e LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 188-189.

<sup>22</sup> Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 73, n.º 2872.

<sup>23</sup> Ver LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, p. 749 e PAULY, Michel – “*Emplacement des hôpitaux...*”, pp. 587-588 e 591-592. Manuel Sílvio Conde e Marina Afonso Vieira, depois de darem alguns exemplos de hospitais e albergarias de Trás-os-Montes, afirmam que as construções assistenciais “integravam-se na arquitectura comum, constituindo uma mera adaptação da vulgar moradia”. CONDE, Manuel Sílvio Alves e VIEIRA, Marina Afonso – “A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano, em finais da Idade Média”, in *Construir, habitar – A casa medieval*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 62-64.

<sup>24</sup> Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra (doravante AUC), *Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6, fl. 79v.

<sup>25</sup> Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 7, n.º 364, fls. 4-4v.

<sup>26</sup> LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 35-36 e 268. Aurore-Diane Simon recolheu, para o caso da Borgonha, um considerável número de topónimos derivados de estabelecimentos hospitalares. Entre estes contam-se ruas às quais foi atribuído o nome do santo padroeiro da instituição. SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations...*, Tomo 1, p. 172.

manifestando alguma concentração de estabelecimentos. De facto, nesta artéria, nas imediações da igreja de S. Cristóvão, entre 1379 e 1431, encontravam-se simultaneamente em funcionamento três albergarias: S. Cristóvão, Santa Maria da Sé e Ferreiros<sup>27</sup>. A localização destas instituições era bastante estratégica, seguindo alguns dos parâmetros básicos de implantação hospitalar. Estes hospitais estavam edificados numa via que ligava a Sé à Porta de Belcouce, saída sul da cidade, que, por sua vez, estava muito próxima da ponte, adaptando-se, perfeitamente, à sua clientela<sup>28</sup>, que se encontrava em constante movimento.

## 2.2. Arrabaldes.

Fora de portas, os primeiros hospitais surgiram à sombra do mosteiro de Santa de Cruz. O mais antigo e mais importante, o hospital do próprio cenóbio, instalou-se na encosta de Montarroio, próximo de onde veio a ser construído o “claustro da Manga”<sup>29</sup>. Esta instituição, que exercia a função de hospitalidade do mosteiro, estando aberto a todos os pobres e peregrinos<sup>30</sup>, localizava-se muito próximo daquele, em cujo adro convergiam alguns dos mais importantes e movimentados eixos viários dos arrabaldes, como o que se iniciava a sul, na portagem, e, no sentido quase oposto, o que vinha de norte e atravessava a freguesia de Santa Justa<sup>31</sup>.

Ainda nas imediações do cenóbio crúzio, nas traseiras da sua cerca, na Almuinha Régia, existiu uma albergaria, que poderá corresponder ao hospital acima descrito ou tê-lo precedido. As informações a seu respeito são muito escassas, mas suficientes para percebermos que desempenhou um papel de relevo na construção da paisagem urbana de Coimbra. No período inicial da formação da freguesia de S. João de Santa Cruz, que tinha por centro a Almuinha Régia, aquela pequena casa assistencial terá funcionado como sua sede. Com efeito, a propósito da contenda que opôs a Sé ao mosteiro de Santa Cruz, nos finais do século XII, uma das testemunhas inquiridas, Gonçalo Garcia, da parte dos Cónegos Regrantes, afirmou que os frades deste cenóbio erigiram um altar no interior da albergaria e consagraram-no ao padroeiro da sua escolha, para que fosse sede da sua paróquia<sup>32</sup>. Este constitui um

<sup>27</sup> Ver, por exemplo, Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 25, n.º 1065; mç. 25, n.º 1042 e mç. 74, n.º 2966.

<sup>28</sup> LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...*, Vol. 2, p. 750.

<sup>29</sup> Ver MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003, p. 262.

<sup>30</sup> Ver MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz...*, pp. 571 e 683-684.

<sup>31</sup> Maria da Helena da Cruz Coelho afirma que o Hospital de Santa Cruz devia ser muito movimentado, “dada a situação privilegiada de Coimbra na rede viária do país”. COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os mosteiros medievais num tempo de hospedar e de caridade”. *Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real* 6 (1992), p. 31.

<sup>32</sup> *BULÁRIO Português: Inocêncio III (1198-1216)*. Ed. Avelino de Jesus da COSTA e Maria Alegria F. MARQUES. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989, doc. 71, p. 141. Ver ALARCÃO, Jorge

excelente exemplo de como as casas caritativas estavam inseridas no tecido religioso da cidade, em estreita ligação com as igrejas que as rodeavam, podendo mesmo assumir algumas das suas funções.

A partir do século XIII, com a expansão do movimento hospitalar, começaram a definir-se padrões mais concretos de implantação das instituições de assistência, cada vez mais numerosas, em particular no espaço extramuros. A paróquia de S. Bartolomeu<sup>33</sup> corresponde a um dos primeiros lugares onde é evidente uma certa concentração de pequenos estabelecimentos de assistência. Nesta área estavam implantadas três albergarias de fundação privada, que receberam o nome dos seus benfeitores, a saber, Vicente Miguéis e Domingos Vicente, ambas documentadas para o século XII<sup>34</sup>, e Dona Alva, cuja existência está atestada para a centúria seguinte<sup>35</sup>. Muito próximos da ponte e dos caminhos que daí saíam em direção à cidade e numa freguesia de grande atividade económica, estes pequenos hospitais, talvez instalados em casas particulares, serviriam uma numerosa clientela.

Mais a norte, numa zona de transição entre a paróquia de S. Bartolomeu e a de Santiago, implantaram-se, a partir dos anos 70 do século XIII, quatro hospitais ou albergarias, que se destacam pela influência que exerceram no tecido urbano. Antes de mais, ainda em território de S. Bartolomeu, na rua de S. Gião, atual rua das Azeiteiras, tinham assento as albergarias de S. Gião e de S. Bento, documentadas, respetivamente, desde 1274 e 1357<sup>36</sup>. Atentemos na primeira, edificada na extremidade oriental daquela artéria, segundo o tombo dos bens do rei no almoxarifado de Coimbra, de 1395<sup>37</sup>. Antes de mais, esta albergaria ou hospital seria uma instituição de caridade com alguma importância e visibilidade na cidade, a ponto de o seu nome ser atribuído, desde muito cedo, a uma rua que seria muito movimentada, dada a sua localização central no arrabalde. Além disso, um pouco à semelhança do que se terá passado com a Albergaria da Almuinha Régia, o Hospital de S. Gião, ou melhor, a sua capela, chegou a ser utilizado como local de celebração do ofício divino da igreja de S. Bartolomeu. Em março de 1389, um documento de empraçamento foi elaborado dentro daquele estabelecimento, uma vez que, no seu interior, os clérigos daquela colegiada “faziam officio divino porque a dicta sa igreja estava violada e embargada

---

de – Coimbra: a montagem do cenário urbano..., p. 175.

<sup>33</sup> A zona dos arrabaldes dividia-se em quatro paróquias: S. João de Santa Cruz, Santa Justa, Santiago e S. Bartolomeu. Sobre estes aspetos, remetemos, mais uma vez, para CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Coimbra's parochial network...”.

<sup>34</sup> Lisboa, ANTT, *Cabido da Sé de Coimbra*, 1.ª inc., mç. 14, n.º 8 e Lisboa, ANTT, *Colegiada de S. Salvador de Coimbra*, mç. 17, s/n (1281 abril, 21), respetivamente.

<sup>35</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra*, mç. 4, n.º 1.

<sup>36</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, Col. Especial, mç. único, n.º 26 e mç. 1, n.º 286/100.

<sup>37</sup> Neste tombo, pode ler-se que a rua de S. Gião “se começa na dicta albergaria [de S. Gião] e se vai finir no Arnado contra o Mondego”. Lisboa, ANTT, *Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo*, n.º 287, fl. 22v. Sobre a medieval rua de S. Gião, ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 1, pp. 166-167.

per tal guisa que o nom podiam em ella fazer”<sup>38</sup>. Ainda antes, nos meses de janeiro e fevereiro do mesmo ano, outros dois emprazamentos foram feitos na casa e capela de S. Gião, “en que ora rezamos por necessidade que avemos”<sup>39</sup>. Isto poderá significar que esta capela era o único espaço sagrado na freguesia, para além da sua igreja matriz, interdita naquele momento, e, portanto, com as condições necessárias para a realização das cerimónias litúrgicas<sup>40</sup>. Mais uma vez, encontramos um hospital a assumir as funções de uma igreja paroquial, ainda que temporariamente e numa situação muito pontual<sup>41</sup>.

Nas proximidades da rua de S. Gião e, portanto, das albergarias de S. Gião e de S. Bento, localizar-se-ia a Albergaria de Santa Luzia, documentada entre 1367 e 1426<sup>42</sup>. Não obstante algumas dúvidas suscitadas pelas fontes, é certo que esta casa se situava na extremidade de duas vias perpendiculares, a de Valverde e uma outra que se iniciava na de S. Gião e se dirigia para a referida albergaria<sup>43</sup>. A sua implantação no cruzamento de artérias, em pleno arrabalde, já na zona ribeirinha, conferia-lhe uma certa relevância no urbanismo de Coimbra, servindo, algumas vezes, como marco de identificação geográfica. Com efeito, em algumas doações e emprazamentos, a única informação acerca da localização do prédio legado ou contratado é, além da referência ao arrabalde, a sua proximidade àquela albergaria<sup>44</sup>.

O Hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu, o quarto implantado na área em análise, já na freguesia de Santiago, também terá influenciado a construção da paisagem urbana medieval. Esta instituição, administrada pela confraria da mesma invocação, foi edificada “no terreiro damte as portas das cassas que forom do marichall e ora sam do comde de Camtanhede”<sup>45</sup>, confrontando, a norte, com a rua das Carniçarias (atual rua Adelino Veiga) e, a sul, com o referido terreiro, hoje o terreiro do Mendonça<sup>46</sup>. Muito próximo deste, existe ainda hoje o beco de Santa

<sup>38</sup> GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em Tempos Medievais (Das origens ao início do séc. XV)*. Vol. II. Coimbra: FLUC, 1999. Tese de Mestrado, doc. 105, p. 176.

<sup>39</sup> GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu....* Vol. II, docs. 103 e 104, pp. 172 e 174. Acerca do interdito imposto sobre a igreja de S. Bartolomeu, ver GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu....* Vol. I, pp. 50-52.

<sup>40</sup> Sobre o papel das capelas hospitalares e a sua ligação à comunidade e às paróquias onde estavam inseridas, ver RAWCLIFFE, Carole – *Medicine for the Soul: The Life, Death and Resurrection of an English Medieval Hospital*. Stroud: Sutton Publishing, 1999, pp. 103-111 e LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, pp. 808-811.

<sup>41</sup> Independentemente do modo como se processavam as relações entre os hospitais e os poderes religiosos, aqueles, graças às suas capelas e funções espirituais, acabavam por adensar o tecido eclesiástico da cidade. Ver SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations...* Tomo 2, pp. 310-328.

<sup>42</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 9, n.º 49/196 e Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 43, n.º 40, respetivamente.

<sup>43</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 11, n.º 202/533 e mç. 16, n.º 305/576.

<sup>44</sup> Por exemplo, em março de 1383, foi entregue à igreja de Santiago, entre outros, a posse de um cortinhal, que se localizava “na dicta cidade no arrealde a par d'albergaria de Sancta Luzia”. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 9, n.º 49/196.

<sup>45</sup> Coimbra, AUC, *Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6, fls. 6-6v.

<sup>46</sup> O terreiro do Mendonça encontra-se atrás do Paço do Conde e é “constituído por um espaço quadrangular, articulado, a nascente com a Travessa do Beco das Canivetas, a poente com Rua do Poço e Rua das

Maria, que poderá ter recebido a designação do hospital em apreço, apesar de apenas ter sido nomeado já depois do seu desaparecimento<sup>47</sup>. De qualquer modo, a escolha deste topónimo poderá ser reveladora das marcas que o Hospital de Santa Maria de S. Bartolomeu deixou na cidade.

Ainda na paróquia de Santiago, no seu limite oriental, muito próximo da freguesia de S. João da Santa Cruz, com a qual rivalizava esta parte do seu território, localizavam-se dois hospitais ou albergarias exemplares, por se localizarem dentro do perímetro da Judiaria Velha, ela própria um local de exclusão<sup>48</sup>. Referimo-nos ao Hospital do Corpo de Deus e à Albergaria dos Judeus, ambos documentados desde o século XIV. O primeiro, de fundação privada, foi construído em plena judiaria, no local onde foram encontradas umas hóstias roubadas da Sé de Coimbra e profanadas por um judeu, durante o episcopado de D. Vasco Fernandes (1364-1371), e onde ainda hoje se encontra a ermida construída em simultâneo<sup>49</sup>. A implantação deste hospital encontra-se relacionada com alguns momentos e aspetos fundamentais da história urbana de Coimbra. Antes de mais, a sua construção no bairro judaico, nesta altura ainda muito próximo da muralha, insere-se “no processo ideológico cristão tardo-medieval de apropriação simbólica dos espaços das ancestrais judiarias”, segundo Saul Gomes<sup>50</sup>, contribuindo para o afastamento dos judeus para o arrabalde. Depois, a sua localização numa zona de delimitação entre as freguesias de Santiago e Santa Cruz ocasionou dúvidas e disputas de jurisdição paroquial, apenas resolvidas graças à intervenção episcopal, que assumiu a administração deste hospital<sup>51</sup>. Não obstante, com o passar do tempo, assumiu-se, com naturalidade, que aquele lugar se encontrava dentro da circunscrição territorial da paróquia de Santiago<sup>52</sup>. Verifica-se, assim, que esta instituição constitui um excelente exemplo de integração dos estabelecimentos de caridade nas múltiplas vertentes do tecido urbano de Coimbra.

Quanto à Albergaria dos Judeus, as informações são escassas, mas permitem situá-la junto da porta da Judiaria, onde confrontava com a muralha da cidade<sup>53</sup>. Isto

Rãs, e, a sul, com o topo norte do Beco de Santa Maria” LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 141-142.

<sup>47</sup> Ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 262-265.

<sup>48</sup> Acerca da delimitação da freguesia de Santiago, ao longo da Idade Média, ver AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social*. Coimbra: FLUC, 2012. Tese de Mestrado, pp. 30-35, onde o autor também aborda a implantação da Judiaria Velha neste território paroquial.

<sup>49</sup> GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica de Coimbra Medieval*. Coimbra: Inatel, 2003, pp. 50-51 e doc. 18, pp. 90-91. Num outro documento anterior, de 1381, pode ler-se que o hospital e lugar do Corpo de Deus “he junto com os muros da dicta cidade unde soya a seer a Judaria Velha”. Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 4, n.º 742/658. Esta instituição terá sido fundada um pouco depois do episódio descrito, durante o episcopado de D. Pedro Tenório, entre 1371 e 1377, como mencionado numa carta de D. João I, de 1422. Lisboa, ANTT, *Leitura Nova*, liv. 5 da Estremadura, fls. 125-125v.

<sup>50</sup> GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica...*, p. 50.

<sup>51</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 4, n.º 742/658.

<sup>52</sup> Ver AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra...*, p. 32.

<sup>53</sup> Lisboa, ANTT, *Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo*, n.º 287, fls. 15-15.

significa que se localizava no bairro judaico, muito próximo da intercessão das atuais ruas do Corpo de Deus e Visconde da Luz, nas traseiras da igreja de Santiago, onde se abria a Porta da Judiaria<sup>54</sup>. Ambas as instituições descritas estavam implantadas no extramuros, mas a uma curta distância da muralha, que delimitava e protegia o centro político e religioso da cidade, e de portas de entrada e saída. Note-se ainda que a existência de uma albergaria na judiaria, talvez reservada a judeus pobres, poderá apontar para uma exclusão dos membros desta minoria religiosa, mesmo nos momentos em que se encontravam mais frágeis e dependentes da caridade<sup>55</sup>.

Avançando para noroeste, a área compreendida entre as ruas medievais dos Tintureiros e dos Oleiros, que se dividia pelas freguesias de S. João de Santa Cruz e de Santa Justa<sup>56</sup>, correspondia a uma das zonas de maior concentração hospitalar da cidade. Aqui tinha lugar uma intensa atividade artesanal e comercial, ligada à transformação do barro, e algumas das ruas que se desenhavam no sentido este-oeste punham o adro do mosteiro de Santa Cruz em contacto com o rio, onde existia o porto de Oleiros<sup>57</sup>. Estas condições foram propícias à implantação de instituições de assistência e ao cumprimento dos seus objetivos de hospitalidade. Na rua dos Tintureiros (atual rua do Corvo<sup>58</sup>), a sul, funcionavam as albergarias da Mercê e dos Alfaiates, desde, pelo menos, 1310 e 1316, respetivamente<sup>59</sup>, e uma outra albergaria, de designação desconhecida, documentada apenas no ano de 1440<sup>60</sup>. A da Mercê, que sabemos estar implantada naquela artéria através do *Livro Nobre* de Santa Cruz, de 1431<sup>61</sup>, seria uma albergaria de importância considerável no panorama assistencial e urbano de Coimbra, pois a via e mesmo o lugar onde estava edificada eram, por vezes, designados a partir do seu nome. Por exemplo, em 1395, os clérigos de Santiago emprazaram uma casa na rua da Albergaria da Mercê e, em 1440, emprazaram um pedaço de chão, onde chamavam Albergaria da Mercê<sup>62</sup>. Aliás, é neste último diploma que consta a única referência conhecida à terceira albergaria, cuja localização apenas foi identificada graças à menção à da Mercê. Do mesmo modo, sabemos que a Albergaria dos Alfaiates estava edificada na rua dos

<sup>54</sup> GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica...*, p. 50.

<sup>55</sup> Em várias cidades do reino está documentada a existência de instituições de assistência implantadas nas próprias judiarias. Ver TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*. Vol. 1. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982, pp. 47, 51, 59, 62 e 353-354.

<sup>56</sup> Os limites destas duas freguesias foram estudados, respetivamente, por ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, pp. 155-175 e CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017, pp. 95-100.

<sup>57</sup> Sobre este espaço urbano e sobre os portos fluviais do Mondego, na cidade de Coimbra, ver CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*, pp. 109-113 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano*, pp. 15 e 181-182.

<sup>58</sup> ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, pp. 188-189.

<sup>59</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 9, n.º 343/751 e mç. 8, n.º 154/524.

<sup>60</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 14, n.º 573/59.

<sup>61</sup> Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Livro Nobre*, liv. 94, fl. 29.

<sup>62</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 1, n.º 153/647 e mç. 14, n.º 573/59.

Tintureiros, a partir do emprazamento de duas casas, na freguesia de S. João de Santa Cruz, que confrontavam com ela e com a Albergaria da Mercê<sup>63</sup>. É aqui bem visível a influência que as instituições de assistência podiam ter na paisagem urbana e no modo como o Homem Medieval a interpretava.

Na artéria paralela à dos Tintureiros, a de Tinge Rodilhas, hoje rua da Louça<sup>64</sup>, foi instituído, antes de 1352<sup>65</sup>, o Hospital de Santa Maria da Vera Cruz, administrado pela confraria da mesma invocação. No seu tombo, de inícios do século XVI, pode ler-se que “o corpo da dicta alberguaria e ospitall (...) staa na rua de Tinge Rodilhas”<sup>66</sup>. À semelhança de outros exemplos já mencionados, esta artéria chegou a ser identificada a partir deste estabelecimento assistencial, como se comprova num escambo de 1364, pelo qual o mosteiro crúzio entregou uma casa localizada “na rua da albergaria de Santa Cruz”<sup>67</sup>. Um pouco a sudoeste das duas artérias que temos vindo a descrever e ainda dentro dos limites da freguesia de Santa Cruz, localizar-se-ia a Albergaria da Madalena ou de Santa Maria Madalena. Embora desconheçamos o sítio exato de implantação, a sua designação e a posse de casas na Madalena<sup>68</sup> levamos a ponderar e a assumir como provável a sua localização nesta área da cidade, muito próxima do rio e dos seus portos.

Mais perto do mosteiro de Santa Cruz estava ainda localizado o Hospital do Espírito Santo. Conjugando documentação ducentista e quatrocentista, esta instituição estava implantada na paróquia daquele cenóbio, próximo da Judiaria Nova<sup>69</sup>, ocupando um espaço na extremidade sudeste da rua Direita, talvez entre esta e a rua da Moeda, uma vez que se localizava junto do bairro judaico e não dentro dos seus limites<sup>70</sup>.

Na rua dos Oleiros, a noroeste, instalaram-se, entre os anos 80 do século XIII e a década de 60 do século XV, três albergarias, a saber, a de D. Ouroana, a de Domingos António e a da Rua dos Oleiros, e um hospital que acolhia pobres de mercê<sup>71</sup>. Estas

<sup>63</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 8, n.º 154/524.

<sup>64</sup> LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*. Vol. 2, pp. 89-90 e ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano...*, p. 188.

<sup>65</sup> Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 60, “Alm. 15, n.º 23, mç. 8”.

<sup>66</sup> Coimbra, AUC, *Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6, fl. 33.

<sup>67</sup> Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 6, “Alm. 15, n.º 5, mç. 6”.

<sup>68</sup> Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 60, “Alm. 15, n.º 23, mç. 8”. A zona da Madalena correspondia ao troço da atual avenida Fernão de Magalhães compreendido entre a rua da Moeda e o largo das Ameias. Ver LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra...*, Vol. 2, pp. 334-339 e TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente em Coimbra: dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002, p. 118, n. 463.

<sup>69</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santiago de Coimbra*, mç. 17, n.º 591/761 e Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, *Livro Nobre*, liv. 94, fl. 30v.

<sup>70</sup> Em 1428, foi emprazado um chão com pomar, árvores de fruto e estrebaria, no arrabalde, junto da judiaria, que confrontava com o Hospital do Espírito Santo. Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 40, fls. 115v-116.

<sup>71</sup> Ver, para cada uma delas, respetivamente, Lisboa, ANTT, *Convento de Santana de Coimbra*, mç. 1, n.º 76; mç. 2, n.º “7.º n.º 14” e mç. 6, “maço 2.º n.º 9” e Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, mç. 27, n.º

seriam todas ou quase todas de fundação privada, como dá para perceber pela sua identificação através de um antropónimo ou pela descrição das circunstâncias da sua criação. Isto significa, muito provavelmente, que a sua implantação não terá seguido qualquer critério mais comum de localização dos hospitais urbanos, pois terão sido instaladas nas casas doadas pelos seus instituidores para esse efeito, confundindo-se com a construção corrente envolvente, como já vimos acerca de outros casos.

Nas imediações da igreja de Santa Justa, em particular ao longo do eixo viário formado pelas atuais ruas Simões de Castro e Direita e em artérias adjacentes, foram edificados também alguns hospitais e albergarias. Na porção norte desta área, implantou-se, antes de 1341<sup>72</sup>, o Hospital de S. Lourenço, um dos que foram anexados ao Hospital Real, nos inícios do século XVI<sup>73</sup>. Este localizava-se junto do Arnado<sup>74</sup>, na Mancebia Velha<sup>75</sup>, ou seja, num bairro tipicamente de exclusão. Na rua da Figueira Velha, a sul de S. Lourenço, estava instalada a Albergaria dos Peliteiros, com a qual confrontava uma casa emprazada por Santa Cruz, em 1364<sup>76</sup>. Na designada rua Travessa, talvez nas proximidades daquela, erguia-se a Albergaria de Santa Águeda, ligada à confraria do mesmo nome<sup>77</sup>.

Mas o mais importante estabelecimento hospitalar sediado nesta paróquia era a Gafaria ou Hospital de S. Lázaro e a respetiva mercearia. Enquanto hospitais especializados, as leprosas obedeciam a algumas normas de implantação, em grande parte coincidentes com as das restantes instituições assistenciais, mas pautadas, acima de tudo, pelo combate ao contágio da doença<sup>78</sup>. Em Coimbra, as semelhanças com outras cidades portuguesas e europeias são evidentes. Aqui, a gafaria também se instalou no extramuros, numa das freguesias mais periféricas da cidade, junto de caminhos e portas de entrada e saída do espaço urbano. Durante quase toda a Idade Média, S. Lázaro esteve implantado na área de S. Lourenço, no extremo norte

622. A forma como são designados os pobres assistidos no último estabelecimento mencionado leva-nos a supor que se tratava de uma mercearia.

<sup>72</sup> Lisboa, ANTT, *Convento de Santana de Coimbra*, mç. 7, “maço 10 n.º 1”.

<sup>73</sup> Ver COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Assistência em Coimbra em Tempos Manuelinos: o Hospital Novo”. *Biblos* 72 (1996), pp. 227-230.

<sup>74</sup> Em 1381, foi emprazada uma almuinha que “esta junta com o espital de Sam Lourenço e parte da hũa parte com o Arnado e da outra parte com aziinhagaa per hu vem aa guafaria”. Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, liv. 48, n.º 76.

<sup>75</sup> Coimbra, AUC, *Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6, fl. 58v. Segundo Maria Amélia Campos e de acordo com a documentação analisada, a mancebia esteve implantada nesta zona durante grande parte da Idade Média. CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião...*, pp. 124-125.

<sup>76</sup> Lisboa, ANTT, *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 6, “Alm. 15, s/n, mç. 5”.

<sup>77</sup> Lisboa, ANTT, *Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, mç. 26, n.º 575.

<sup>78</sup> Sobre a implantação das leprosas em várias cidades e regiões da Europa medieval, ver, entre outros, TOUATI, François-Olivier – *Maladie et société au Moyen Âge. La lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIV<sup>e</sup> siècle*. Bruxelas: De Boeck Université, 1998, pp. 267-280; LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, pp. 830-835 e BROCARD, Nicole – “Implantation des hôpitaux et léproseries...”, pp. 274-275.

da freguesia de Santa Justa, muito próximo da Porta de Figueira Velha<sup>79</sup>. Todavia, no decorrer da segunda metade do século XV, a leprosaria foi transferida para um terreno mais a norte, onde ainda hoje existe a azinhaga dos Lázaros e vestígios do seu edifício. A mudança ficou a dever-se às inundações que atingiam o hospital e que colocavam em risco os seus habitantes e património<sup>80</sup>. Deste modo, S. Lázaro afastou-se ainda mais da cidade, continuando, no entanto, junto do Caminho Novo, que ia para norte, permitindo a distribuição de esmolas por todos aqueles que entravam ou saíam de Coimbra. Ao mesmo tempo que excluía os leprosos do convívio com a sociedade sã, este hospital incluía-os e procurava aproximá-los de quem os podia socorrer.

Por fim, na outra margem do Mondego, a algumas centenas de metros da ponte, ergueu-se o Hospital de Santa Isabel. Fundado por D. Isabel, entre 1327 e 1328, este estabelecimento assistencial foi edificado junto das casas que a rainha mandou construir nas imediações do mosteiro de Santa Clara<sup>81</sup>. Não obstante a sua localização “periférica” em relação ao núcleo urbano principal, este hospital ocupou uma posição muito estratégica no panorama assistencial conimbricense. Em primeiro lugar, estava implantado no centro do burgo nascido à sombra do cenóbio de clarissas, que era, segundo Maria Helena da Cruz Coelho, “passagem obrigatória de viandantes e peregrinos, que do sul rumavam à cidade ou mais a norte”<sup>82</sup>. Além disso, como a mesma autora salienta, o cenóbio, enquanto local de sepultura da santa rainha, encontrava-se no centro das rotas de peregrinação, atraindo viajantes e peregrinos, que não só usufruíam da própria assistência prestada pelo hospital, como também o poderiam beneficiar com as suas esmolas<sup>83</sup>. A localização desta casa assistencial é, de facto, paradigmática, pois reunia alguns dos critérios mais importantes de implantação hospitalar, na Idade Média, tais como a ligação a vias de comunicação de relevo, entre elas a ponte, a proximidade a um estabelecimento religioso e ainda a existência de nascentes e cursos de água potável, indispensável ao seu abastecimento e cumprimento da segunda obra de misericórdia corporal (“dar de beber a quem tem sede”)<sup>84</sup>.

<sup>79</sup> Sobre a implantação urbana da Gafaria de Coimbra, ver ROCHA, Ana Rita – *A Institucionalização dos Leprosos. O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: FLUC, 2011. Tese de Mestrado, pp. 48-51.

<sup>80</sup> ROCHA, Ana Rita – *A Institucionalização dos Leprosos...*, pp. 50-51.

<sup>81</sup> Lisboa, ANTT, *Convento de Santa Clara de Coimbra*, DP, mc. 18, n.º 18 e *PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum*. Vol. 2, doc. 252, p. 506.

<sup>82</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra em Tempos Medievais (Séculos XIV-XV)”. in D’ENCARNAÇÃO, José (coord.) – *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, p. 71.

<sup>83</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra em Tempos Medievais...”, pp. 71-72 e COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra medieval: uma cidade em maturação...”, p. 32.

<sup>84</sup> Ver LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, pp. 750-758. Entre outros, a existência de água em abundância foi um dos fatores determinantes na escolha do local para construção do mosteiro de Santa Clara. MACEDO, Francisco Pato de – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Coimbra: FLUC, 2006. Tese de Doutoramento, pp. 265-267.

## Conclusão.

Atendendo aos critérios mais comuns de implantação hospitalar<sup>85</sup>, constatamos que, em Coimbra, tal como noutras cidades e regiões, as instituições de caridade instalavam-se, preferencialmente, nos principais eixos viários da cidade, ou muito próximo deles, e, por conseguinte, em estreita ligação com as portas de acesso à urbe e outros pontos de passagem, como a ponte. Por aqui circulavam os potenciais hóspedes destas casas, entre pobres, muito deles errantes, sem morada fixa e em busca de melhores condições de vida, peregrinos e viajantes. Além disso, é evidente a localização de alguns hospitais junto de edifícios de prestígio, como a alcáçova régia, o mosteiro de Santa Cruz e as igrejas paroquiais. Nestes casos, não parece ter existido qualquer tentativa por parte da sociedade ou dos poderes políticos e eclesiásticos para afastar ou excluir os pobres e outros grupos de marginalizados assistidos nestes estabelecimentos. Pelo contrário, verifica-se uma clara integração destes indivíduos e dos institutos onde eram acolhidos na malha urbana e social de Coimbra. Além disso, mesmo tendo em conta a arquitetura muito simples da maioria destes hospitais e albergarias, que praticamente não se distinguiam da restante construção corrente, as suas funções e carga religiosa e simbólica faziam deles edifícios de referência, influenciando até, de forma perene, a toponímia da cidade.

Perfeitamente inseridas na paisagem urbana medieval de Coimbra, na construção da qual foram mais ou menos ativas, as inúmeras instituições hospitalares da cidade, longe de excluírem por completo os pobres, doentes, peregrinos e outros miseráveis que a eles recorriam, contribuíam para o seu enquadramento e inclusão numa sociedade bastante hierarquizada e que tendia a marginalizar todos aqueles que se afastavam da norma.

---

<sup>85</sup> Ver a síntese de LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre...* Vol. 2, pp. 748-759.

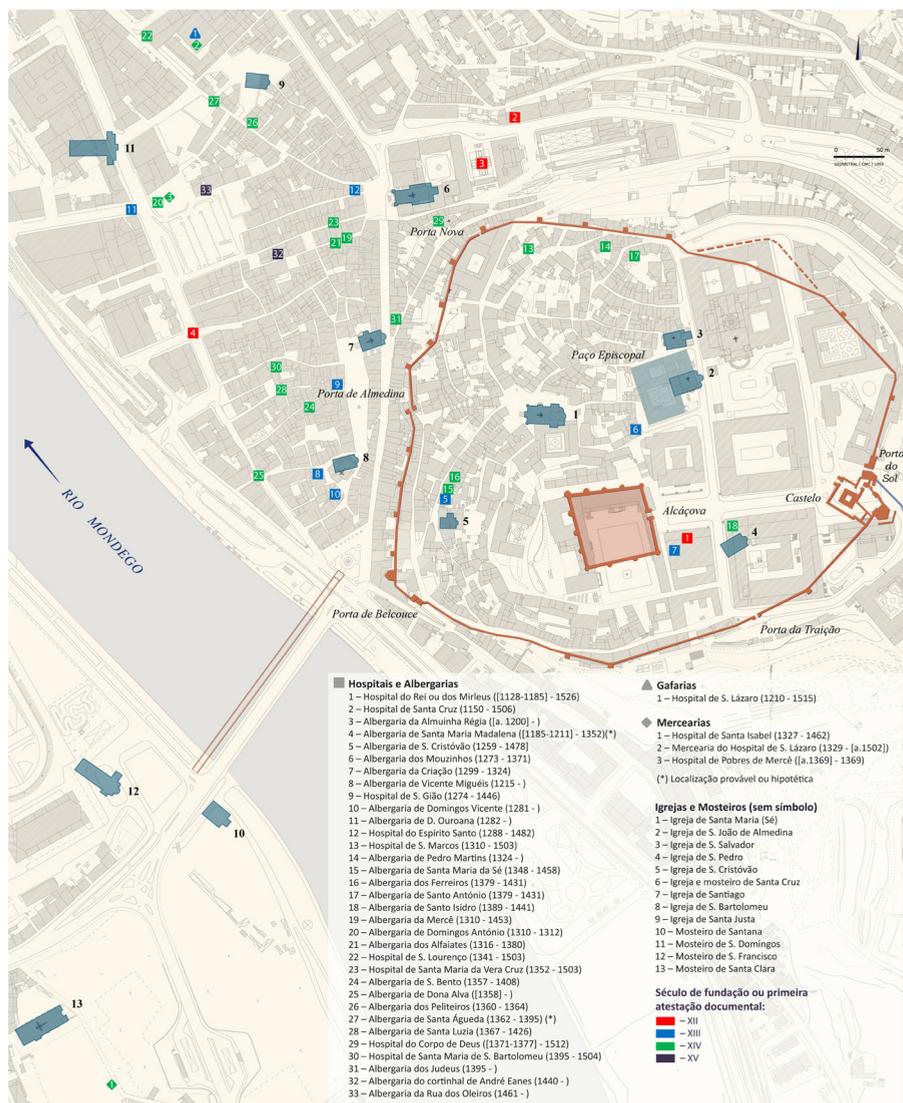


Fig. 2 – Implantação dos estabelecimentos hospitalares no espaço urbano de Coimbra, entre os séculos XII e XV<sup>86</sup>.

<sup>86</sup> Optámos por representar num mesmo mapa todas as instituições de assistência inventariadas para a cidade de Coimbra, entre os séculos XII e XV, embora, em momento algum, tenham todas funcionado em simultâneo. Para facilitar a consulta da carta foram acrescentados, na legenda, os limites cronológicos de cada hospital, albergaria, mercearia e gafaria. Além disso, distinguimos, através de cores diferentes, os séculos em que estes estabelecimentos foram fundados ou referidos pela primeira vez na documentação. Assim, facilmente se percebe que casas caritativas se encontravam ativas em determinado período temporal. A distribuição espacial dos estabelecimentos hospitalares foi inserida numa planta da cidade medieval de Coimbra, elaborada pelo Dr. José Luís Madeira, do Instituto de Arqueologia, da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, a partir do levantamento topográfico original da Câmara Municipal de Coimbra, de 1993, e com base no traçado da muralha, da ponte medieval e das igrejas, da autoria do Doutor Jorge de Alarcão, e no traçado da alcaçova, da autoria do Doutor António Filipe Pimentel.

## BIBLIOGRAFIA

### Fontes manuscritas:

Lisboa, Arquivo Nacional da Torre do Tombo:

*Chancelaria de D. Dinis*, liv. 3.

*Leitura Nova*, liv. 5 da Estremadura.

*Contos do Reino e Casa, Núcleo Antigo*, n.º 287.

*Cabido da Sé de Coimbra*, 1.ª inc., mç. 14, n.º 8; 2.ª inc., mç. 7, n.º 364; mç. 25, n.º 1065; mç. 25, n.º 1042; mç. 72, n.º 2789; mç. 73, n.º 2872; mç. 74, n.º 2966.

*Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra*, mç. 4, n.º 1.

*Colegiada de S. Pedro de Coimbra*, mç. 1, n.º 87; mç. 2, n.º 2B e mç. 6, n.º 102.

*Colegiada de S. Salvador de Coimbra*, mç. 17, s/n (1281 abril, 21).

*Colegiada de Santa Justa de Coimbra*, mç. 26, n.º 575; mç. 27, n.º 622.

*Colegiada de Santiago de Coimbra*, Col. Especial, mç. único, n.º 26; mç. 1, n.º 153/647 e 286/100; mç. 4, n.º 742/658; mç. 8, n.º 154/524; mç. 9, n.º 49/196, 340/664 e 343/751; mç. 11, n.º 202/533; mç. 14, n.º 573/59; mç. 16, n.º 305/576; mç. 17, n.º 591/761.

*Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*, 2.ª inc., mç. 6, “Alm. 15, s/n, mç. 5” e “Alm. 15, n.º 5, mç. 6”; mç. 60, “Alm. 15, n.º 23, mç. 8”; liv. 40; liv. 43; liv. 48 e *Livro Nobre*, liv. 94.

*Convento de Santana de Coimbra*, mç. 1, n.º 76; mç. 2, n.º “7.º n.º 14”; mç. 6, “maço 2.º n.º 9” e mç. 7, “maço 10 n.º 1”.

*Convento de Santa Clara de Coimbra*, DP, mç. 18, n.º 18.

Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra:

*Tombo Velho do Hospital Real*, Dep. IV, 2.ª E, 7, Tab. 3, n.º 6.

### Fontes impressas:

*BULÁRIO Português: Inocêncio III (1198-1216)*. Ed. Avelino de Jesus da COSTA e Maria Alegria F. MARQUES. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1989.

*CHANCELARIAS Portuguesas: D. João I*. Ed. João José Alves DIAS. Vol. II, tomo 2 (1387-1402). Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 2005.

*LIVRO Preto. Cartulário da Sé de Coimbra. Edição Crítica. Texto Integral.* Ed. Manuel Augusto RODRIGUES e Avelino de Jesus da COSTA. Coimbra: Arquivo da Universidade, 1999.

*LIVRO Santo de Santa Cruz.* Ed. Leontina VENTURA e Ana Santiago FARIA. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.

*PORTUGALIAE Monumenta Misericordiarum.* Ed. José Pedro PAIVA. Vol. 2. *Antes da Fundação das Misericórdias.* Ed. José Pedro Paiva, Maria de Lurdes Rosa e Saul A. Gomes. Lisboa: União das Misericórdias Portuguesas, 2003.

### **Estudos:**

ALARCÃO, Jorge de – *Coimbra: a montagem do cenário urbano.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

AUGUSTO, Octávio – *A Praça de Coimbra e a afirmação da Baixa: origens, evolução urbanística e caracterização social.* Coimbra: FLUC, 2012. Tese de Mestrado.

BROCARD, Nicole – “Implantation des hôpitaux et léproseries dans le diocèse de Besançon aux XIV<sup>e</sup> et XV<sup>e</sup> siècles”. in MONTAUBIN, Pascal (ed.) – *Hôpitaux et maladreries au Moyen Âge: espace et environnement. Actes du colloque international d’Amiens-Beauvais (22, 23 et 24 novembre 2002).* Amiens: C.A.H.M.E.R., 2004, pp. 271-290.

BRODMAN, James – *Charity and Religion in Medieval Europe.* Washington, D.C.: The Catholic University of America Press, 2009.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – *Cidade e Religião: a colegiada de Santa Justa de Coimbra na Idade Média.* Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2017.

CAMPOS, Maria Amélia Álvaro de – “Coimbra's parochial network: aspects of its definition in the 12th century”. in VILAR, Hermínia Vasconcelos e BRANCO, Maria João (dir.) – *Ecclesiastics and political state building in the Iberian monarchies, 13th-15th centuries* [Em linha]. Évora: Publicações do Cidehus, 2016 [Consultado a 29 dezembro 2018]. Disponível em <http://books.openedition.org/cidehus/1596>

CHIFFOLEAU, Jacques – *La comptabilité de l'au-delà: Les hommes, la mort et la religion dans la region d'Avignon à la fin du Moyen Âge (vers 1320 - vers 1480)*. Paris: Éditions Albin Michel, 2011.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “A Assistência em Coimbra em Tempos Manuelinos: o Hospital Novo”. *Biblos* 72 (1996), pp. 223-258.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra em Tempos Medievais (Séculos XIV-XV)”. in D'ENCARNAÇÃO, José (coord.) – *A História Tal Qual se Faz*. Lisboa: Edições Colibri, 2003, pp. 65-78.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra medieval: uma cidade em maturação”. in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 29-47.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Coimbra Trecentista: A Cidade e o Estudo”. *Biblos* 68, (1992), pp. 335-356.

COELHO, Maria Helena da Cruz – “Os mosteiros medievais num tempo de hospedar e de caridade”. *Codex Aquilarensis. Cuadernos de Investigación del Monasterio de Santa María la Real* 6 (1992), pp. 9-35.

CONDE, Manuel Sílvio Alves e VIEIRA, Marina Afonso – “A habitação e a arquitectura corrente do Norte Trasmontano, em finais da Idade Média”. in *Construir, habitar – A casa medieval*. Braga: CITCEM, 2011, pp. 17-68.

DUARTE, Luís Miguel – “Marginalidade e marginais”. in MATTOSO, José (dir.) – *História da Vida Privada*. Vol. 1: *A Idade Média*. Bernardo Vasconcelos e SOUSA (coord.). Lisboa: Círculo de Leitores e Temas e Debates, 2010, pp. 170-196.

GEREMEK, Bronislaw – *A Piedade e a Força – História da Miséria e da Caridade na Europa*. Lisboa: Terramar, 1995.

GEREMEK, Bronislaw – “Le marginal”. in LE GOFF, Jacques (dir.) – *L'homme médiéval*. Paris: Éditions du Seuil, 1989, pp. 381-413.

- GOMES, Saul António – *A Comunidade Judaica de Coimbra Medieval*. Coimbra: Inatel, 2003.
- GOMES, Saul António – “Coimbra – aspectos da sua paisagem urbana em tempos medievos”. *Biblos* 2.<sup>a</sup> série, 4, (2006), pp. 125-163.
- GUARDADO, Maria Cristina Gonçalves – *A Colegiada de S. Bartolomeu de Coimbra em Tempos Medievais (Das origens ao início do séc. XV)*. 2 vols. Coimbra: FLUC, 1999. Tese de Mestrado.
- LE BLEVEC, Daniel – *La part du pauvre: L'assistance dans les pays du Bas-Rhône du XII<sup>e</sup> siècle au milieu du XV<sup>e</sup> siècle*. 2 vols. Roma: École Française de Rome, 2000.
- LOUREIRO, José Pinto – *Toponímia de Coimbra*. 2 vols. Coimbra: Edição da Câmara Municipal, 1964.
- MACEDO, Francisco Pato de – *Santa Clara-a-Velha de Coimbra. Singular Mosteiro Mendicante*. Coimbra: FLUC, 2006. Tese de Doutoramento.
- MARQUES, José – “A Assistência no Norte de Portugal nos Finais da Idade Média”. *Revista da Faculdade de Letras: História* 2.<sup>a</sup> série, 6, (1989), pp. 11-93.
- MARTINS, Armando Alberto – *O Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra na Idade Média*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa, 2003.
- MOLLAT, Michel – *Les Pauvres au Moyen Âge*. Bruxelas: Éditions Complexe, 2006.
- PAULY, Michel – “L'emplacement des hôpitaux dans les villes mosanes et ardennaises au Moyen Âge”. *Revue belge de philologie et d'histoire* 89-2 (2011), pp. 585-603.
- RAWCLIFFE, Carole – *Medicine for the Soul: The Life, Death and Resurrection of an English Medieval Hospital*. Stroud: Sutton Publishing, 1999.
- ROCHA, Ana Rita – *A Institucionalização dos Leprosos. O Hospital de S. Lázaro de Coimbra nos séculos XIII a XV*. Coimbra: FLUC, 2011. Tese de Mestrado.
- SIMON, Aurore-Diane – *Implantations, activités et relations des établissements d'assistance en Bourgogne à la fin du Moyen Âge*. 3 tomos. Borgonha: Universidade da Borgonha, 2012. Tese de Doutoramento.

- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – *A Propriedade das Albergarias de Évora nos finais da Idade Média*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1990.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e – “Pauvres, charité et assistance au Portugal (XIV<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècle)”. in BOISSELLIER, Stéphane; CLEMENT, François; TOLAN, John (dir.) – *Minorités et régulations sociales en Méditerranée médiévale: actes du colloque réuni du 7 au 9 juin 2007 en l'Abbaye royale de Fontvraud (Maine-et-Loire)*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2010, pp. 97-106.
- TAVARES, Maria José Ferro – *Os Judeus em Portugal no Século XV*. 2 vols. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1982.
- TAVARES, Maria José Ferro – *Pobreza e Morte em Portugal na Idade Média*. Lisboa: Editorial Presença, 1989.
- TOUATI, François-Olivier – *Maladie et société au Moyen Âge. La lèpre, les lépreux et les léproseries dans la province ecclésiastique de Sens jusqu'au milieu du XIV<sup>e</sup> siècle*. Bruxelas: De Boeck Université, 1998.
- TRINDADE, Luísa – *A Casa Corrente em Coimbra: dos Finais da Idade Média aos Inícios da Época Moderna*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, 2002.
- VAUCHEZ, André – “Assistance et charité en Occident, XIII<sup>e</sup>-XV<sup>e</sup> siècles”. in *Religion et société dans l'Occident médiéval*. Turim: Bottega d'Erasmus, 1980, pp. 57-68.
- VENTURA, Leontina – “A muralha coimbrã na documentação medieval”. in *Actas das I Jornadas do Grupo de Arqueologia e Arte do Centro*. Coimbra: GAAC, 1979, pp. 43-56.
- VENTURA, Leontina – “Coimbra medieval: uma cidade em formação”. in ALARCÃO, Adília (coord.) – *Inventário do Museu Nacional de Machado de Castro. Coleção de ourivesaria medieval. Séculos XII-XV*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 2003, pp. 15-28.



Os editores têm o grato prazer de apresentar, com o apoio financeiro do Instituto de Estudos Medievais e da Câmara Municipal de Castelo de Vide, o terceiro volume resultante das *Jornadas Internacionais de Idade Média*, cujo título retoma o tema dessa mesma edição: *Inclusão e Exclusão na Europa Urbana Medieval*. Vinte e oito investigadores provenientes de Portugal, Espanha, França, Itália, Alemanha e Holanda são responsáveis pela elaboração de vinte e dois artigos com os quais responderam ao desafio que os organizadores lançaram à comunidade científica de desenvolvimento de reflexões sobre um tema particularmente pertinente na cidade medieval, uma vez que esta se definia quase sempre como um espaço fechado por uma muralha que criava a oposição entre interior e exterior, materializando desde logo sistemas de inclusão e exclusão. Recorrendo a uma pluralidade de idiomas que nos apraz registar -português, espanhol, francês e inglês- os seus estudos têm como espaço de observação uma diversidade de unidades políticas medievais que hoje integram as historiografias de Portugal, Espanha, França, Itália, Países Baixos, Bélgica e Alemanha, com especial relevo para os diferentes reinos medievais ibéricos, sendo que neste último caso o enfoque não se limita à Cristandade, pois também podemos dispor de reflexões que têm como espaço de observação o Islão peninsular e/ou as suas permanências.

*Editores, Apresentação.*

Apoio:

**FCT** Fundação  
para a Ciência  
e a Tecnologia



ISBN 978-989-54529-0-3

